

## 6

### Considerações finais

Retornando à questão central desta pesquisa, como se dá a estratificação educacional do ensino superior, tendo em vista a equidade do sistema? Os resultados indicam que, considerando o caso das áreas tecnológicas e das licenciaturas, a estratificação do sistema é relevante, seja em relação à diferenciação institucional ou às áreas de formação.

A frequência dos estudantes às instituições seletivas depende da origem social dos estudantes, do gênero, da trajetória escolar e idade. Os indicadores de renda familiar e escolaridade do pai mostram a tendência esperada – estudantes menos privilegiados nestes aspectos têm maiores chances de frequentar instituições não seletivas. Tanto a distribuição dos estudantes quanto o modelo indicam que as estudantes do sexo feminino, os egressos da escola pública e os que têm menor domínio da língua inglesa têm menores chances de frequentar as instituições seletivas.

Em relação à cor, os resultados indicam que os estudantes que se declaram negros e pardos têm maiores chances de estudar em instituições seletivas, embora em termos proporcionais sua distribuição seja próxima a dos brancos. Este efeito pode estar relacionado com as características das instituições seletivas, em sua maioria instituições públicas, com grande oferta de cursos de licenciatura, e com um processo, embora ainda incipiente em 2005, de políticas de cotas. Por outro lado pode ser a indicação de um processo de superseleção, onde estes estudantes reuniriam indicadores favoráveis nas outras variáveis, incluindo o desempenho, que compensariam o efeito da cor declarada. A interpretação com base em processos de superseleção reforça-se quando se verifica que as mulheres, negros e pardos que estudam em cursos de áreas de alto prestígio têm maiores chances de frequentar instituições seletivas.

Os efeitos indicados pelas distribuições dos estudantes e no modelo de chances de frequentar uma área de baixo prestígio mostram-se bastante superiores aos anteriores. As mulheres ocupam proporcionalmente mais as posições nestas áreas do que os homens, um resultado esperado. A dimensão do efeito da renda é surpreendentemente alto, aproximando-se do efeito do gênero, o que não ocorre com a variável escolaridade do pai, embora estudantes de pais menos escolarizados tenham maiores chances de frequentar áreas de formação de baixo prestígio, assim como os egressos das escolas privadas. Existe também a indicação de que estudantes com domínio médio da língua inglesa teriam maiores chances de frequentar as áreas tecnológicas em comparação com os estudantes de maior domínio, o que pode ser interpretado como um efeito do capital cultural sobre a escolha das áreas de formação.

Um dos resultados mais expressivos é a indicação da tendência dos estudantes de menor renda terem maiores chances de frequentar áreas de baixo prestígio em instituições seletivas do que áreas de alto prestígio em instituições não seletivas. Isto leva a crer que os estudantes de maior renda poderiam estar ocupando preferencialmente as vagas em áreas de alto prestígio criadas com a expansão das instituições não seletivas.

Os resultados das análises da pesquisa têm duas principais implicações. Em primeiro lugar eles mostram que as desigualdades educacionais no ensino superior dependem não só das condições de acesso a este nível de ensino, mas também das trajetórias específicas dos estudantes no interior do sistema. Em segundo lugar, os resultados indicam que a distinção entre as áreas de formação tem efeitos mais marcantes do que aqueles devidos à diferenciação institucional, embora esta última seja um objeto de pesquisa mais frequente nos estudos sobre o tema.

A contribuição da expansão do ensino superior para a equalização das oportunidades educacionais é um dos principais argumentos das políticas de crescimento e diversificação do ensino superior. Estudos internacionais mostram que a diferenciação institucional que acompanha os processos de expansão gera novas fontes de desigualdades. Estudantes de grupos sociais desprivilegiados estudam mais

frequentemente em instituições menos seletivas, de menor prestígio no mercado de trabalho e que proporcionam, no futuro, menores oportunidades ocupacionais. Os resultados desta pesquisa são sinais que indicam que este processo se dá no caso brasileiro de forma peculiar. Poderíamos dizer isto ocorre nas áreas de baixo prestígio, pois os resultados aqui obtidos indicam que as vagas nas instituições não seletivas nas áreas de alto prestígio estão reservadas para os estudantes de maior renda.

A análise da seletividade das instituições em cada uma das áreas demonstra que o processo de geração de desigualdades no nível superior de ensino é mais complexo do que quando se considera somente a dimensão da diferenciação institucional, uma vez as desigualdades de oportunidades na educação superior dependem não só do prestígio das instituições, mas também, e de forma relevante, das distinções entre as áreas de formação. Este fato indica que as pesquisas sobre a diferenciação institucional devem levar em conta esta distinção.

As análises anteriores indicam que o destino dos estudantes de famílias de baixa renda e cujos pais tem os menores níveis de escolaridade são as áreas de baixo prestígio. Isso significa que os estudantes socialmente mais privilegiados (e de menor desempenho acadêmico) ocupam preferencialmente as oportunidades abertas pelas áreas de maior prestígio oferecidas pelas instituições menos seletivas. Assim é possível que a expansão do ensino superior esteja aumentando as desigualdades do sistema, ao invés de equalizar as oportunidades de estudantes de origem social distinta. Esta tendência é reforçada quando observa-se que, no recente processo de expansão do ensino superior, as áreas de formação de maior crescimento são as áreas de menor prestígio.

Outros pontos importantes são esclarecidos nas análises. Um dos mais relevantes refere-se à importância da trajetória escolar pregressa do estudante. A frequência à rede pública do ensino médio reduz as oportunidades dos estudantes de frequentar as áreas de formação e instituições de maior prestígio, e tal efeito mostra-se como um dos mais uniformes entre as áreas analisadas. Mesmo em áreas onde a renda familiar e a escolaridade paterna não têm efeitos observáveis sobre os riscos de

acesso às áreas de menor prestígio e às instituições não seletivas, os resultados indicam que os egressos da rede pública têm suas oportunidades educacionais no ensino superior reduzidas.

Esta pesquisa possui algumas limitações que merecem ser comentadas, e que podem ser incluídas numa agenda de investigações sobre o tema. Mais relevante do que apresentar o perfil de estratificação do sistema de ensino superior seria avaliar as chances de acesso, tendo como referência a população de concluintes do ensino médio, entre diferentes instituições e áreas de formação, com o objetivo de acessar os efeitos de seleção na transição entre os níveis de ensino. Adicionalmente, a observação de tais chances ao longo do tempo permitiria ainda verificar as tendências de sua evolução, tendo em vista o processo de expansão das matrículas. Infelizmente os dados necessários para tais explorações não estão hoje disponíveis. Outro ponto importante se refere à classificação das instituições seletivas. O prestígio das instituições de ensino não está associado somente ao desempenho dos estudantes ingressantes, mas também às características do corpo docente e do investimento em pesquisa. A integração dessas informações nas bases de dados do ENADE permitiria uma determinação mais criteriosa do conjunto das instituições mais prestigiosas.

Finalmente, há uma limitação importante devido à análise restringir-se a um subconjunto das áreas de formação. As áreas das ciências sociais aplicadas contam com o maior contingente de estudantes e as áreas da saúde sofreram grande expansão de oferta no recente processo de crescimento do ensino superior; vimos que estas duas áreas foram as mais atingidas pelo processo de expansão. Uma análise baseada no conjunto de todos os ingressantes do ensino superior conduziria, certamente, a resultados mais abrangentes e que possivelmente ilustrariam melhor as relações entre o processo de expansão e a estratificação do sistema. Tais estudos poderiam fornecer um quadro mais completo sobre os fenômenos aqui observados parcialmente, que pode contribuir para a elaboração de políticas públicas de expansão do ensino superior que considerem a dimensão das áreas de formação como fundamental para uma estratégia eficiente para a equalização das oportunidades educacionais.

Quais as possíveis implicações destes achados para a política educacional? Segundo Torche e Ribeiro (2010), o processo de expansão do sistema de ensino superior brasileiro na década de 70 originou-se das pressões das elites brasileiras por maiores oportunidades educacionais para seus filhos, resultando numa “inversão” do processo de crescimento entre os diferentes níveis do sistema educacional como um todo. Na década de 90, a expansão da educação superior se dá num contexto de universalização da educação fundamental e após um ciclo de crescimento do nível médio de ensino, o que torna o ensino superior mais acessível para um conjunto mais diferenciado de estudantes. As políticas de reservas de vagas e compensatórias, direcionadas para a equidade do sistema, ganham posição de destaque na pauta das políticas educacionais que têm como objetivo de reduzir as desigualdades neste nível de ensino. Entretanto, tendo em vista a associação entre a diferenciação horizontal e a estratificação dos estudantes, seria importante investigar os efeitos destas políticas considerando a seletividade das instituições e das áreas de formação.